

# Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 49 do Proc.  
N.º 207 de 1994  
O Funcionário

PARECER 1291/94 DAS COMISSÕES  
REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E  
MEIO AMBIENTE, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE  
SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO E DE FINANÇAS  
E ORÇAMENTO AO PL 207/94.

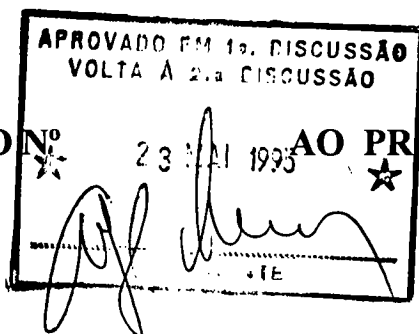
O projeto de lei 207/94 de autoria da nobre veradora Aldaíza Sposati dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça proferiu parecer pela legalidade e apresentou substitutivo ao projeto em questão tendo em vista a realização de audiência pública com as entidades sociais que trabalham com a população de rua.

O teor do projeto foi rediscutido com representantes destas entidades sociais e representantes da própria população de rua após alguns acontecimentos vexatórios à esta população, tendo sido apresentadas novas sugestões de complementação a esta propositura. Foi reforçado durante esta discussão a necessidade de **urgência** e necessidade de uma lei que promova um conjunto de serviços e a articulação de diferentes áreas do Executivo a fim de encontrar soluções para os problemas da população de rua.

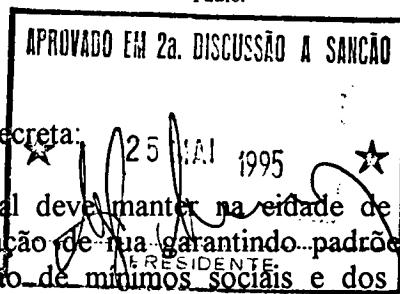
Sabendo que esta população vem sofrendo diária e violentamente os efeitos dos problemas sociais de nosso país, as sugestões de modificação foram incorporadas através da elaboração e apresentação deste **substitutivo**, além de pedido destas comissões do encaminhamento deste projeto em **regime de urgência** devido à sua importância.

SUBSTITUTIVO Nº 23 AO PROJETO DE LEI 207/94



Dispõe sobre a Obrigatoriedade do Poder Público Municipal a Prestar Atendimento à População de Rua na Cidade de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:



Art. 1º. O poder público municipal deve manter na cidade de São Paulo serviços e programas de atenção à população de rua garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei Federal nº 8.742/93 (LOAS).

# Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	100	do Proc.	
N.º	287	de 19	99
O Funcionário	[Assinatura]		

I - a atenção de que trata o "caput" desse artigo exige a instalação e a manutenção com padrões de qualidade de uma rede de serviços e de programas de caráter público direcionados à população de rua que incluam desde ações emergenciais, a atenções de caráter promocional em regime permanente.

II - a ação municipal deve ter caráter intersetorial de modo a garantir a unidade da política de trabalho dos vários órgãos municipais.

III - a população de rua referida neste artigo inclui homens, mulheres e crianças acompanhadas de suas famílias.

**Art. 2º.** Os serviços e programas direcionados à população de rua de que trata esta lei serão operados através de rede municipal e ou por contratos e convênios de prestação de serviços com associações civis de assistência social;

§ 1º: O convênio entre associações civis sem fins lucrativos e a rede governamental tem como característica a complementariedade na prestação de serviços à população e o caráter público do atendimento;

§ 2º: O funcionamento dos serviços e programas aludidos no artigo 4º da presente lei implica em múltiplas formas de parceria entre o poder público municipal e as associações civis sem fins lucrativos possibilitando o uso de áreas, equipamentos, instalações, serviços e pessoal em forma complementar para melhor efetivar a política de atenção à população de rua.

**Art. 3º.** A atenção à População de Rua deve observar os seguintes princípios:

I - o respeito e a garantia à dignidade de todo e qualquer ser humano;

II - o direito da pessoa a ter um espaço para se localizar e referir na cidade, para ter um mínimo de privacidade como condição inerente à sua sobrevivência, existência e cidadania;

III - a garantia da supressão de todo e qualquer ato violento e de comprovação vexatória de necessidade;

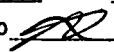
IV - a não discriminação no acesso a quaisquer bens e serviços, principalmente os referentes à saúde, não sendo permitido tratamento degradante ou humilhante;

V - subordinar a dinâmica do serviço e garantia da unidade familiar;

VI - o direito do cidadão de restabelecer sua dignidade, autonomia, bem como sua convivência comunitária;

VII - o exercício cidadão de participação da população, por meio de organizações representativas, na proposição, e no controle das ações que lhes dizem respeito;

# Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	101	do Proc.
N.º	207	de 19 94
O Funcionário		

VIII - garantir a capacitação e o treinamento dos recursos humanos que operam a política de atendimento à população de rua.

**Art. 4º.** A política de atendimento à população de rua compreende a implantação e manutenção pelo poder público municipal nos distritos da cidade de São Paulo, dos seguintes serviços e programas com os respectivos padrões de qualidade:

I - *Abrigos Emergenciais* com provisão de instalações preparadas com recursos humanos e materiais necessários para acolhida e pernoite no período de inverno para população de rua, fornecendo condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda de volumes e serviços de referência na cidade.

II - *Albergues* com provisão de instalações preparadas com recursos humanos e materiais necessários para acolhida e alojamento de pessoas na cidade em tratamento de saúde, imigrantes recém chegados, situações de despejo, desabrigo emergencial e mulheres vítimas de violência, com funcionamento permanente fornecendo condições para higiene pessoal, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade.

III - *Centros de serviços* com oferta de locais preparados com recursos humanos e materiais para oferecer durante o dia à população de rua alimentação, condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, serviços de referência na cidade e estacionamento de "carrinhos", quando for o caso.

IV - *Restaurantes Comunitários* com provisão de instalações localizadas em locais centrais preparadas com recursos humanos e materiais para oferta de alimentos a baixo custo à população de rua.

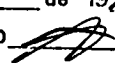
V - *Casas de Convivência* com oferta de espaços preparados com recursos humanos e materiais para promover: convivência, socialização e organização grupal, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade.

VI - *Moradias Provisórias* com provisão de instalações, próprias ou locadas, com capacidade de uso temporário por até 15 pessoas moradoras de rua e em processo de reinserção social.

VII - *Vagas de Abrigo e Recuperação* com oferta de vagas em serviços próprios ou conveniados que atendam pessoas moradoras de rua em situação de abandono e: em tratamento de saúde; portadoras de moléstias infecto-contagiosas, inclusive portadores de HIV; idosos; portadores de doença mental; portadores de deficiência.

VIII - *Soluções Habitacionais Definitivas* com oferta de alternativas habitacionais que atendam pessoas em processo de reinserção social e incluam auxílio moradia e financiamento de construções em regime de mutirão.

# Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	102	do Proc.
N.º	207	de 1994
O Funcionário		

IX - *Oficinas, Cooperativas de Trabalho e Comunidades Produtivas* com provisão de instalações preparadas com equipamentos, recursos humanos e materiais para: resgate da cidadania através dos direitos básicos de trabalho; capacitação profissional; encaminhamento a empregos; formação de associação e cooperativas de produção e geração de renda e manutenção de projetos agrícolas de desenvolvimento auto sustentado que promovam a autonomia e a reinserção social da população de rua.

X - *Programas e Projetos Sociais* com implantação e manutenção de um programas assistenciais e preventivos realizados nas ruas através de educadores capacitados com pedagogia própria ao trabalho com este segmento de sociedade.

**Art. 5º.** O órgão municipal responsável pela coordenação de política de atenção à população de rua deverá manter um fórum para gestão participativa dos programas e serviços que interagem na atenção à população de rua da cidade.

**Parágrafo Único:** Comporão este fórum além das secretarias envolvidas, representação do legislativo municipal, das associações que trabalham com esta população e representantes da população de rua.

**Art. 6º.** O orçamento municipal deverá manter atividade específica com dotação orçamentária própria e compatível com a política de atendimento referida na presente lei.

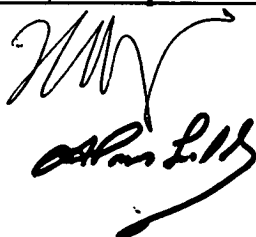
**Art. 7º.** O Executivo deverá publicar anualmente no Diário Oficial do Município o censo da população de rua de modo a comparar as vagas ofertadas face às necessidades.

**Art. 8º.** O poder público municipal regulamentará esta lei no prazo de 90 dias definindo as competências dos vários órgãos municipais respeitados os princípios de ação contidos no artigo 3º, bem como estabelecerá os padrões de qualidade dos serviços e programas especificados no artigo 4º.

Sala das Comissões Reunidas de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, de Administração Pública, de Saúde, Promoção Social e Trabalho e de Finanças e Orçamento, 05 de outubro de 1.994.

## Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente



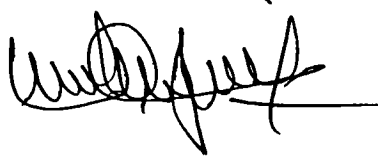
Zulaiê Cobra Ribeiro -  
presidente



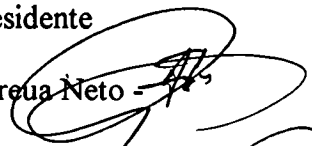

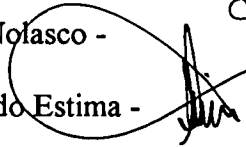

Antônio Paiva Monteiro -  
relator

# Câmara Municipal de São Paulo





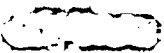
Folha n.º 103 do Proc.  
N.º 207 de 1994  
O Funcionário [assinatura]

Aldaíza Sposati -   
Bruno Feder -  
Tereza Cristina Lajolo -   
Faria Lima -  
Emílio Meneghini - 

## Comissão de Administração Pública

Francisco Whitaker -  
presidente  
Alex Freua Neto -   
Archibaldo Zancra -  
Devanir Ribeiro -   
Gilberto Nascimento -  
Vital Nolasco -   
Edivaldo Estima - 

## Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho

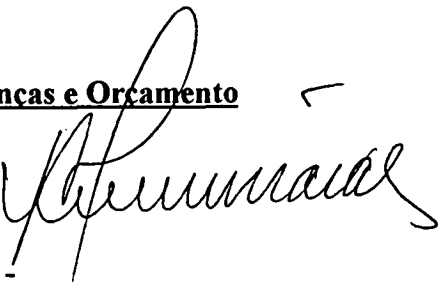
Alberto Calvo -   
presidente  
Anna Martins -  
Adriano Diogo -   
Ushitaro Kamia -  
Roberto Trípoli -   
Mário Dias -   


# Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 104 do Proc.  
N.º 207 de 19 84  
O Funcionário [assinatura]

## Comissão de Finanças e Orçamento

Almir Guimarães -  
presidente



Guilherme Gianetti -

Hanna Gharib -

Arnaldo Madeira -

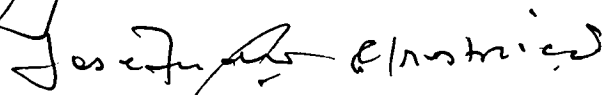


Gilberto Kassab -

Odilon Guedes -



José Índio F. Nascimento -



Zenas Pires -

